

SANTOS, O.; SANTOS, C.

**GEOPOLÍTICA, RELAÇÕES DE PODER E AS
TERRITORIALIDADES DA TRÍPLICE
FRONTEIRA – BRASIL, PARAGUAI E
ARGENTINA**

***GEOPOLITICS, POWER RELATIONS AND
THE TRIPLE BORDER TERRITORIALITIES –
BRAZIL, PARAGUAI AND ARGENTINA***

ORLANDO BISPO DOS SANTOS

~~— Mestrado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela
Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Foz do
Iguaçu. Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do
Estado do Amazonas-UEA, Tefé. Bacharelado em Turismo pela
Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Foz do
Iguaçu.~~

Email: orlando_bispo@hotmail.com.

CLARICE DE SOUZA LIMA DOS SANTOS

~~— Licenciatura em Letras/Inglês pela Universidade Estadual do Oeste
do Paraná-UNIOESTE, Foz do Iguaçu.~~

Email: klalbispo@hotmail.com.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal fazer uma abordagem da geopolítica de fronteira e das relações de poder estabelecidas nas territorialidades da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. A pesquisa tem um viés geográfico com foco na presença do Estado como ator sintagmático que coordena as ações humanas no território por meio de instrumentos específicos, que contribuem para o exercício do poder e das formulações estratégicas de segurança do Estado-Nação. A metodologia utilizada parte de uma análise bibliográfica, teórica e descritiva para entender os conceitos basilares de geografia, geopolítica, território e de fronteira. Além disso, utilizou-se o método de observação participativa, e a experiência acadêmica, pois os dados utilizados para a obtenção dos resultados estão incluídos em nossa dissertação de mestrado. Portanto, a análise de dados e as considerações finais confirmam as abordagens estabelecidas, e apontam as potencialidades da Tríplice Fronteira que se destacam como relações de poder.

Palavras chave: Geopolítica; Fronteira; Relações de Poder.

ABSTRACT

This paper has as its main objective the discussion of border geopolitics and power relations laid down in the territorialities of the Triple Border of Brazil, Paraguay and Argentina. The research was based on a geographical eyesight with its focus on the presence of the State as an syntagmatic actor that coordinates human action in the territory through specific instruments, that contribute to the exercise of power and the formulation of security strategies within Nation States. The methodology used began with a bibliographic revision, both theoretical and descriptive to understand the basic concepts of Geography, Geopolitics, territory and borders. Besides that, we utilize the method of participative observance, and academic experience, since data analysed in this paper are included in our Master Thesis. Therefore, data analysis and final

considerations confirm the approaches that were established, and point to the potenciality of the Triple Border as relations of power.

Keywords: Geopolitics; Border; Power Relations.

INTRODUÇÃO

A dinâmica territorial estabelecida pelas ações humanas nas territorialidades entre Brasil, Paraguai e Argentina, permite que o uso da geografia e da geopolítica como linhas de pensamento multidisciplinares, e como instrumentos de relações de poder do Estado, contribuam para elucidar as problemáticas existentes no território de fronteira, e configurar as estratégias de projeção geopolítica do Estado brasileiro como potencia, do ponto de vista político, social e econômico no contexto da América do Sul.

As potencialidades do território da Tríplice Fronteira determinadas pelas suas características geográficas e sua centralidade estratégica a partir da localização no contexto da Bacia do Prata, são fatores que motivam a presença do Estado representado por instituições que buscam estabelecer um campo de atuação pautado na política de domínio e organização territorial e humana.

Organizar o território e nortear as atividades humanas é um papel intrínseco do Estado, pois este detém os instrumentos específicos para tais atividades tendo as instituições como base das relações de poder, a destacar as que estão estabelecidas nas regiões de fronteira como proposição de uma geopolítica moderna.

Meira Mattos (2011, p. 277) aborda que “o governo de uma nação moderna, para o exercício do poder nacional terá que se sustentar em uma organização sistêmica capaz de coordenar as atividades de um complexo de sistemas”. O autor enfatiza ainda que “a sistematização dos fatores básicos aperfeiçoam e compatibilizam os objetivos do Estado-Nação em busca da concretização das aspirações da sociedade e suas conexões territoriais”. Esses fatores reforçam as conexões entre o Estado e sociedade possibilitando a estruturação das relações de poder pelo próprio Estado como ator sintagmático.

O artigo faz uma abordagem geopolítica com viés geográfico das territorialidades transfronteiriças entre Brasil, Paraguai e Argentina com foco nas relações de poder estabelecidas pelo Estado a partir de suas estruturas estratégicas, que dimensionam o território de fronteira no que diz respeito às relações sociais, políticas, econômicas e de segurança nacional e pública.

Pretende-se mostrar que a interconexão entre os fatores geopolíticos, as estruturas estratégicas estabelecidas pelos Estados Nacionais, tais como a Hidrelétrica de Itaipu Binacional, os Parques Nacionais, as Pontes da Amizade e da Fraternidade que contribuíram para o desenvolvimento regional por meio do turismo e das relações econômicas e sociais, atrelado às instituições de Segurança que atuam de forma conjunta nas territorialidades transfronteiriça, constrói as potencialidades, isto é, as relações de poder que dão aportes aos Estados para a gestão do território e do dinamismo humano estabelecido a partir de suas mobilidades na

região de fronteira que abarcam os territórios do Brasil, do Paraguai e da Argentina.

Serão abordados os conceitos de geopolítica, de fronteira e as relações de poder nas territorialidades transfronteiriças estabelecidas entre os países em questão, tendo a geografia como base conceitual e ferramenta específica de investigação do território, e das relações humanas pelo Estado.

1 GEOPOLÍTICA

A geopolítica é um fator intrínseco da ciência geográfica. Suas interconexões constroem um campo científico que tratam de aspectos específicos de atuação e domínio territorial, e são utilizadas pelos poderes centrais dos Estados Nacionais como instrumentos de articulação estratégica, de relações de poder, e de uso político-militar para organização territorial.

A construção das estratégias do Estado brasileiro para domínio das suas territorialidades vislumbra inserir as aspirações da sociedade nas suas relações de poder, a partir do ponto de vista que, o fator humano é parte importante na estruturação do Estado-Nação no que diz respeito aos fatores políticos, sociais e econômicos.

Carlos de Meira Mattos (1977, p. 48) enfatiza que “o Estado é uma instituição social, a mais abrangente e influente de todas elas, no que se relaciona com a vida coletiva da sociedade ou com a vida dos indivíduos que a compõem”. Para Raffestin (1993, p. 40) “o Estado é como um ator sintagmático por excelência quando

empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede rodoviária”.

Diante desses conceitos, observamos que há uma relação de interdependência entre Estado e sociedade. Entende-se, portanto que o Estado não seria formalizado como uma instituição governante e de relações de poder sem que existisse uma sociedade humana em seu contexto territorial.

Em contrapartida, a sociedade não se estabeleceria por completo sem a presença do Estado como ator sintagmático, a partir da concepção de que é o Estado quem estabelece as diretrizes que objetivam contribuir para a realização das atividades humanas no território.

Portanto, assim como a geopolítica está diretamente ligada a ciência geográfica, a sociedade se apresenta como um fator intrínseco do Estado, e este por sua vez, dimensionam as relações de poder e as hierarquizações como instrumento de domínio social, no que se refere às questões políticas, sociais, econômicas e de segurança territorial como constituição de poder nacional. Na concepção de Carlos de Meira Mattos (2011).

O poder nacional, essencialmente político, é a soma dos recursos materiais e dos valores psicológicos de que dispõe o Estado, tendo em vista os objetivos que pretende alcançar ou preservar. É exercido através do Estado, por meio de um governo, com a incumbência de, na ordem interna, assegurar o bem-estar a todos os seus habitantes e o progresso do país, e, na ordem externa, defender os interesses da nação que representa, no jogo dos interesses internacionais em competição ou em conflito. (MATTOS, 2011, p. 227)

A geografia e o território é o campo de atuação da geopolítica, pois o espaço geográfico em sua amplitude, e a construção conceitual de território como palco de todas as ações humanas, e, o desenvolvimento de suas territorialidades, permite que a ação multidisciplinar da geopolítica constitui-se um instrumento de uso governamental para o exercício do poder, como forma de domínio do homem.

Com isso, a ciência geográfica e a geopolítica tornaram-se os instrumentos essenciais das articulações estratégicas de atuação do potencial militar dos Estados Nacionais, permitindo aos comandantes militares desenvolver de forma organizada as manobras no espaço geográfico, por meio da cartografia como um instrumento essencial da geografia, e por meio do conhecimento em termos geopolíticos, das territorialidades e atuações estratégicas dos possíveis inimigos militares.

Sem o uso desses fatores, portanto, os Exércitos permanentes tendem a não exercer com propriedade as manobras militares convencionais. Nesse contexto, Yves Lacoste (1988) aborda que:

A geografia é, de início um saber estratégico estreitamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares e são tais práticas que exigem o conjunto articulado de informações extremamente variadas. A geografia sob suas características econômicas, sociais, demográficas, políticas, deve absolutamente ser recolocada, como prática e como poder, no quadro das funções que exerce o aparelho

SANTOS, O.; SANTOS, C.

do Estado, para o controle e a organização dos homens que povoam seu território e para a guerra. (LACOSTE, 1988, p.23)

Ao se tratar da geopolítica brasileira e suas projeções na América do Sul, englobando a magnitude dos fatores territoriais e marítimos, torna-se oportuno fazer uma reflexão do campo de atuação estratégico militar para a defesa nacional. Golbery do Couto e Silva (1981) faz uma concreta abordagem geopolítica e nos permite visualizar a moldura continental do Brasil como um campo de atuação estratégica de defesa.

Espraiemos agora o olhar, desde o núcleo central brasileiro ou a área geopolítica de reserva geral, para mais além do contorno fronteiriço continental e marítimo até os baricentros de poder dos países vizinhos. E, atentos de perto a conhecidas fundamentações geográficas e históricas, projetemos em concordância, as grandes linhas do próprio reticulado geopolítico do território nacional até as bordas extremas do continente no mediterrâneo antilhano do norte e no Pacífico meridional, a oeste. A noroeste, uma área geopolítica continental da Amazônia americana caracterizada pela bacia imensa do grande rio, que pelo Cassiquiare, capta o próprio Orenoco e, no alto Caquetá quase se liga ao Madalena, e emoldura a oeste pelos arcos imponentes dos Andes, ao norte pelo escudo guianense, amplia nada mais que a área geopolítica da Amazônia brasileira, englobando, assim, a Grã-Colômbia, enquadrada, em seus extremos pelo Peru e Guianas. (SILVA, 1981, p. 127)

Além dessa planificação, o autor aponta a região sul como uma área “geopolítica continental platino-patagônica

prolongada a área geopolítica do Brasil meridional através do Uruguai e do território argentino, até o estirado anteparo abrupto dos Andes chilenos e as bacias do Amazonas e do Prata”. Essa análise territorial condiciona a visualização de nítida área geopolítica e sua abrangência continental que abarca o contexto territorial do Mato Grosso e do Guaporé pelo Estado de Rondonia, englobando os vizinhos Paraguai e Bolívia.

As estratégias militares das forças armadas brasileira buscam adequar-se as dimensões geopolíticas do território brasileiro, tendo como áreas estratégicas as fronteiras, a destacar as terrestres, que por se tratarem de territórios de contato imediato com os países vizinhos, tornam-se espaços vulneráveis do ponto de vista político-militar para a penetração de possíveis forças antagônicas em caso de conflito entre países.

1.1 CONCEITOS DE FRONTEIRA

As regiões de fronteira entendidas como territórios de múltiplas ações humanas e ponto estratégico de demarcação política e territorial dos Estados Nacionais, configuram-se como campo de atuação das relações de poder, e territórios de recriação de identidades, e de novas oportunidades econômicas. Os Estados Nacionais no contexto atual das inovações geopolíticas e suas projeções continentais buscam dinamizar as estratégias de proteção territorial, com foco nas regiões de fronteira por se apresentarem

SANTOS, O.; SANTOS, C.

como porta de entrada dos países. Carlos de Meira Mattos (2011) relata que:

A proteção do território é o objetivo principal da fronteira tanto na paz quanto na guerra. Na paz garante os interesses econômicos, políticos e sanitários. Na guerra apresenta a linha ou faixa a ser defendida na preservação da inviolabilidade do território do país. (MATTOS, 2011, p. 112)

A extensa linha de fronteira do Brasil exige esforço e competência do poder central para estabelecer estratégias capazes de eliminar a porosidade existente, e assegurar a integridade do território nacional no que diz respeito aos fatores sociais, a proteção das riquezas naturais e o combate aos crimes transfronteiriços.

A contiguidade do Brasil com vários países da América do Sul consiste na manutenção das relações amigáveis como forma de organização e ampliação dos territórios do ponto de vista político, com foco na estabilidade, e nas relações diplomáticas como fatores principais de gestão dos territórios de fronteira. Em relação ao conceito de fronteira Raffestin (1993) aborda que:

Desde que o homem surgiu, as noções de limites e de fronteira evoluíram consideravelmente, sem, no entanto, nunca desaparecerem. É evidente que os significados do limite variaram muito no decorrer da história. Não há porque se admirar, pois o limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território. O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 165)

O território de fronteira a partir do ponto de vista político-militar torna-se um espaço para formulação teatral e campo de atuação estratégica, e de fortalecimento do potencial nacional centrado na defesa da nação. O potencial nacional emanado das redes estabelecidas pelo Estado nas fronteiras empreendem os meios de atuação e desenvolvimento das atividades territoriais, e abarca valores estritamente ligados a sobrevivência humana. Milton Santos (2006, p. 179) afirma que “as fronteiras são um fato econômico, financeiro, fiscal, diplomático, militar, além de político”.

Essa abordagem conceitual de fronteira a partir das concepções de Milton Santos permite entender os fatores essenciais que estabelecem as dimensões humanas, as relações territoriais que abarcam as relações de poder, e as relações de interdependência entre Estado e sociedade.

A fronteira é um espaço geográfico que norteiam as relações diplomáticas entre países. Permite conduzir os Estado Nacionais tanto para um ambiente pacífico quanto para um ambiente conflituoso. Gibler (2015, p. 151) afirma que “fronteiras são estáveis quando ambos os Estados aceitam a demarcação do território entre eles”.

Difícilmente as demarcações das fronteiras territoriais são realizadas de forma pacífica entre países. Em geral, os conflitos entre Estados Nacionais partem das disputas territoriais. Gibler (2015, p. 151) aborda ainda que os “acidentes geográficos se constituem em algumas das melhores ferramentas para a celebração de acordos que exijam coordenação entre dois ou mais

autores”. Os fatores geográficos contribuíram para estabelecer as configurações atuais da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Portanto, a separação desses territórios pelas águas do Rio Paraná como um dos principais rios da Bacia do Prata, foi de inteira importância no processo de formação das territorialidades transfronteiriças no decorrer do espaço tempo, que abarca diferentes temporalidades. Schallenberger (2008) afirma que:

A fronteira enquanto marco político de referência de um território começou a ter significado concreto para o Paraná a partir do Tratado de Paz de 1872, decorrente da final da guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai, quando o rio Paraná passou a ser identificado como marco divisório natural dos territórios brasileiro e paraguaio. (SCHALLENBERGERS, 2008, p. 45).

As águas são potencialidades que contribuem na geração das relações de poder e a organização dos territórios. São fatores primordiais na delimitação das territorialidades transfronteiriças entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Na Tríplice Fronteira, os rios Paraná e Iguazu ao mesmo tempo em que separaram os Estados Nacionais em termos geográficos, permitiu uni-los em termos geopolíticos a partir da construção da Ponte da Amizade e da Hidrelétrica de Itaipu Binacional entre Brasil e Paraguai, e a construção da Ponte da Fraternidade entre Brasil e Argentina, além da utilização pelos Parques Nacionais do Iguazu como fonte de desenvolvimento econômico por meio das atividades turísticas.

2 RELAÇÕES DE PODER E AS TERRITORIALIDADES DA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

As relações de poder apresentadas pelo Estado partem de suas configurações territoriais e dos fatores políticos, sociais e econômicos, atrelados as potencialidades geopolíticas e a influencia diplomática exposta aos países vizinhos, sejam pelas suas infraestruturas, pelos aspectos naturais, ou até mesmo por meio do potencial militar como força de dissuasão, que tem como objetivo inibir as aspirações antagônicas, e o desenvolvimento de estratégias pelos fatores externos como requisito para invasão territorial.

Parafraseando Raffestin (1993) o poder é um trunfo do Estado para domínio do homem e suas ações no território. Em determinados momentos, o exercício do poder como um trunfo do Estado confronta-se com as aspirações da opinião pública emanadas da sociedade, no entanto, as operações estratégicas desenvolvidas pelo Estado tende a manter a sociedade em sua zona de influencia construindo assim as relações de dependência dessa instituição para com o poder central.

Entende-se, portanto, que as relações de poder do Estado tornam-se um ponto orográfico, isto é, o Estado como detentor do poder matem-se no topo das relações e se qualifica como ator sintagmático por buscar empreender instrumentos que permitem solucionar as problemáticas da sociedade. Raffestin (1993) descreve que:

O poder não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda produção que se apoia no espaço e no tempo. O poder não é fácil de ser representado, mas é, contudo decifrável. Falta-nos somente saber fazê-los, ou então poderíamos sempre reconhecê-los. (RAFFESTIN, 1993, p. 6)

O autor citado enfatiza que “as relações de poder se inscrevem numa cinemática complexa”. As territorialidades da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina constituídas respectivamente pelas cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, é um campo de atuação das relações de poder que se inscrevem como uma cinemática complexa do ponto de vista geopolítico, e das relações homem-território por se apresentar como a mais dinâmica das nove Tríplice Fronteira existentes no território brasileiro.

As relações humanas e suas mobilidades em torno das atividades econômicas, políticas e sociais, originadas no território fronteiriço pelo processo de imigração no decorrer do espaço-tempo, e pelo desenvolvimento das atividades turísticas que envolvem os três países, são fatores que dimensionam o dinamismo nessas territorialidades transfronteiriças. A esse respeito Mauro José Ferreira Cury (2010) afirma que:

A definição dessas Territorialidades Transfronteiriças do Iguaçu é evidenciada por uma dinâmica interna da própria região, sobressaindo-se, principalmente, com o advento dos Estados Nacionais e a modernidade por eles trazida, em que a conjuntura externa é que define não só suas especificidades, suas redes de

SANTOS, O.; SANTOS, C.

conexões, interdependências e interpenetrações, mais também uma identidade forjada nos busílis desse espaço de fronteira. (CURY, 2010, p. 27)

A constituição de redes, a destacar as que representam o Estado Nacional, são as que têm maior encargo na definição das relações de poder no território de fronteira. O conjunto de redes representantes do poder nacional como força de segurança pública, por exemplo, são referencias no que diz respeito à construção de um campo de atuação do Estado como instrumento de controle das ações humanas no contexto das territorialidades transfronteiriças, e as relações entre Brasil, Paraguai e Argentina.

O jogo de relações existente entre as instituições de poder que representam os Estados Nacionais na Tríplice Fronteira permitem concretizar a conectividade das estratégias de segurança conjunta, por meio de cooperações entre as forças de segurança pública, e as forças de segurança nacional de cada Estado-Nação.

A partir da Experiência militar, da pesquisa de mestrado e de trabalhos desenvolvidos por outros autores, foi possível entender a importância política do relacionamento entre as forças de segurança nacional e pública na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina como uma construção coletiva das relações de poder por meio de cooperações logísticas e de comunicação, intercâmbio de conhecimento técnico e aparatos militares como estratégia geopolítica no âmbito da fronteira e no contexto da América do Sul. Santos (2016) aborda que:

As atividades de intercâmbio militar são práticas comuns entre países e o Brasil tem uma área de responsabilidade que envolve, principalmente, os países da América Latina, com vistas a criar estratégias para integrar os países por meio de cooperações que viabilizem a Segurança de cada Estado Nação, em particular e em caráter coletivo. A integração dos países a partir das atividades de intercâmbio das forças armadas se faz um fator importante do ponto de vista governamental diante dos fatores geopolítico brasileiro, que determinam as estratégias de cooperação militar entre países, que articulam os meios possíveis de atuação conjunta em prol da paz regional e da proteção territorial tendo como foco principal e campo de atuação político-militar as regiões de fronteira, por serem as principais vias de entrada dos Estados Nacionais. (SANTOS, 2016, p. 70)

As principais forças de segurança pública atuantes na região de fronteira são constituídas pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e Abin, Polícia Militar e Guarda Municipal. A essas forças são atribuídas às funções de coibir os crimes transfronteiriços por meio de fiscalização e patrulhamento ostensivo.

As forças de segurança nacional, ou forças armadas, constituídas pelo Exército, Marinha e Força Aérea Brasileira, apesar de ter um papel inteiramente ligado à defesa do território a partir de uma visão mais ampla, a da guerra, atuam também no combate a crimes transfronteiriços, tais como, o contrabando de armas, munições e drogas, por meio de atuação conjunta com as forças de segurança pública citadas, e as relações com as forças armadas dos países vizinhos que estão estabelecidas em Ciudad del Este e

SANTOS, O.; SANTOS, C.

Puerto Iguazú. Conforme Santos (2016) o Exército brasileiro em Foz do Iguazu é representado como:

Um instrumento estratégico militar utilizado para estabelecer as relações de poder, com o objetivo de buscar a confirmação da integridade do Estado Nação, no que diz respeito aos ideais políticos, sociais e econômicos. Funciona como estratégia geopolítica nas territorialidades fronteiriças entre Brasil, Paraguai e Argentina e oportuniza o fortalecimento das aproximações com esses países pela concepção de cooperação militar mantendo o olhar para possíveis conflitos de nível transcontinental e em possíveis litígios em que haja envolvimento mútuo. (SANTOS, 2016, p. 108-109)

A Operação Ágata do Ministério da Defesa é um exemplo de atuação conjunta que ocorre nas fronteiras do Brasil e que estabelecem relações com os países vizinhos por meio de seus instrumentos de comunicação militar, além de inserir em suas atividades as forças de segurança das esferas Federal e Municipal do país, com o objetivo centrado na manutenção das leis e ordens previstas na constituição federal para a promoção do bem-estar da sociedade, a destacar as regiões de fronteira.

Ressalta-se nesse conjunto de relações, as interligações dos territórios dos três países abordados, a partir da construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional entre Brasil e Paraguai, os Parques Nacionais do Iguazu entre Brasil e Argentina, além da construção das pontes da Amizade e da Fraternidade que fazem as interconexões desses países do ponto de vista geoeconômico, geopolítico, territoriais e sócio-culturais como fatores integrantes do

potencial estabelecido entre países como relações de poder nessas territorialidades transfronteiriças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia e a geopolítica apresentam-se como instrumentos estratégicos de utilização do Estado para o exercício das relações de poder. Portanto, no decorrer dessa pesquisa foi possível fazer uma análise a partir de um viés geográfico, dessas relações nas territorialidades transfronteiriças entre Brasil, Paraguai e Argentina, e observar os fatores que contribuem para estruturar as relações de interdependências entre a sociedade e o Estado, e suas atividades no território.

Parafraseando Meira Mattos, a fronteira é a espinha dorsal do Estado-Nação e apresenta-se como um território em constante sensibilidade do ponto de vista diplomático e geopolítico, por se tratar de uma região intrínseca dos fatores relacionados às relações políticas, sociais e econômicas.

A Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina no decorrer de sua formação histórica, e do desenvolvimento das relações humanas e a ações de trocas econômicas e sócio-culturais, condicionou aos Estados Nacionais a formulação de estratégias que possibilitassem a apropriação dos territórios como forma de controle e domínio por meio da estruturação de redes como relações de poder, reafirmando sua presença como ator sintagmático. O Estado se torna um ator sintagmático quando apresenta para sociedade as

condições básicas de sobrevivência e as estruturações que permitem que o homem desenvolva suas relações no território.

A multiplicidade das relações sociais com a intensificação das mobilidades humanas nas territorialidades transfronteiriça que abarcam as cidades de Foz do Iguaçu Brasil, Ciudad del Este Paraguai e Puerto Iguazú Argentina, possibilita a geração de conflitos causadores de problemas que dimensionam a atuação das relações de poder, e o uso tático operacional das forças de segurança pública como requisito básico do Estado para controle humano e territorial, com o objetivo de manutenção das leis e ordens.

O conjunto das estruturações estabelecidas na Tríplice Fronteira em estudo, tais como a Hidrelétrica de Itaipu Binacional, os Parques Nacionais do Iguaçu e a interligação das territorialidades entre Brasil, Paraguai e Argentina com a construção das Pontes da Amizade e da Fraternidade, atrelado às forças de segurança nacional e de segurança pública, tornam os Estados em questão, atores sintagmáticos que buscam desenvolver com excelência suas atribuições para o desenvolvimento regional e a segurança de seus territórios.

Portanto, observou-se no decorrer da pesquisa que é a partir dessas estruturações que se estabelecem na região, as atividades políticas, sociais, econômicas e os fatores geopolíticos e diplomáticos no território de fronteira com vistas a apresentar para seus habitantes, condições favoráveis para o desenvolvimento das

territorialidades humanas e as relações de poder na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

REFERÊNCIAS

BERMÚDEZ, Gabriela Mendizábal. LOS RIESGOS DE TRABAJO EN EL CONTEXTO DE LA GLOBALIZACIÓN. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 4, n. 41, p. 16 - 35, jan. 2016. ISSN 2316-753X. Disponível em:

<<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1386>>. Acesso em: 30 jan. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.21902/revistajur.2316-753X.v4i41.1386>.

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI): Interconexões, Interdependências e interpretações nas cidades da Tríplice Fronteira Foz do Iguacu (BR), Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR)**. 2010, p. 224, Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Paraná.

GIBLER, Douglas M. **A paz territorial: fronteiras, desenvolvimentos do estado e conflito internacional**. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 2015.

LACOSTE, Yves. **A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Editora Papirus, Campinas São Paulo, 1988.

FADUL, David; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Contornos do conhecimento ambiental: Uma contribuição do realismo jurídico. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 3, n. 32, p. 383-403, dez. 2013. ISSN 2316-753X. Disponível em:

<<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/693>>. Acesso em: 22 dez. 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.21902/revistajur.2316-753X.v3i32.693>.

KNOERR, Viviane Coêlho de Séllos; OLIVEIRA, Marcella Gomes de. THE INTER-RELATIONS BETWEEN PRIVATE AUTONOMY AND THE SOCIAL FUNCTION OF CONTRACTS. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 4, n.

SANTOS, O.; SANTOS, C.

41, p. 36 - 56, jan. 2016. ISSN 2316-753X. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1372>>. Acesso em: 22 jan. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.21902/revistajur.2316-753X.v4i41.1372>.

MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica e as Projeções do Poder**. Editora J. Olympio, Rio de Janeiro, 1977.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica, v. I**. Biblioteca do Exército-Bibliex, Rio de Janeiro, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Fronteiras em Movimentos e Território em Construção: O caso do Paraná. In: COLOGNESE, Silvio Antonio (Org.) **Fronteiras e Identidades Regionais**. P. 37-57,

SANTOS, O.; SANTOS, C.

Coluna do Saber, Cascavel, 2008.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo e Geopolítico do Brasil**. Editora. J. Olympio, Rio de Janeiro, 1981.

SANTOS, O.; SANTOS, C.

SANTOS, Orlando Bispo dos. **O Exército Brasileiro-34º Batalhão de Infantaria Mecanizado e as Territorialidades na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.** 2016, p. 120. Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Sociedade Cultura e Fronteiras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** Editora USP, São Paulo, 2006.